

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE INFÂNCIA A PARTIR DA PERSPECTIVA ELIASIANA.

*Raissa Menezes de Oliveira**

Cite este artigo: OLIVEIRA, Raissa Menezes de. Reflexões sobre o conceito de infância a partir da perspectiva eliasiana. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.40 - 48, julho. 2011. Semestral. Disponível em: <http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2011.

Resumo: Este artigo tem como ponto de partida a concepção de Norbert Elias sobre a tarefa do sociólogo de compreender a direção em que se modificam as relações dos homens, mas tendo como foco as especificidades das tramas aonde as crianças aparecem. Procuraremos problematizar o conceito de infância substancializado que não dá espaço para pensarmos as crianças enquanto sujeitos completos. Além disso, mostraremos como a idéia de infância se transformou durante a história e como está ligada à intensificação do processo civilizador.

Palavras chave: infância, Norbert Elias, sociologia da infância.

1. A questão do sujeito

Segundo Elias (1980), as dificuldades de grande parte da sociologia moderna devem-se, por um lado, ao tipo de conceitos usados inadequados às circunstâncias especificamente sociais e, por outro, à herança metafísica de modelos estáticos e dicotômicos que impedem uma investigação atenta das dinâmicas sociais – formadas essencialmente por relações de interdependências. O objetivo nesta primeira parte do artigo é mostrar como a epistemologia eliasiana fornece-nos um método para a abordagem sociológica das redes sociais que as crianças constituem e pelas quais são constituídas.

Na época de Elias, a tradição filosófica dominante, representada então pelos neokantianos, acreditava que o conhecimento da realidade são apriorísticos. Ou seja, que a aquisição de conhecimento ocorre igualmente entre todos os seres humanos, independente de fatores históricos e sociais, como a época em que vivem, independentemente das suas relações com outros humanos. Esse pensamento influenciou grande parte das ciências do homem, sobretudo os estudos sobre o desenvolvimento cognitivo. Norbert Elias foi um dos pensadores que rompeu com essa forma de enxergar o sujeito e sua forma de conhecer.

Para isso, era preciso extinguir as dicotomias como sujeito-objeto, indivíduo-sociedade etc., pois são categorias que essencializam a realidade. Mas esta é uma tarefa árdua, pois a própria

língua em que nos expressamos substancializa conceitos gerando uma espécie de armadilha mental para o pensamento sociológico. Ela nos leva a pensar as coisas isoladamente e as relações apenas como oposições. As idéias de eu, nós e outro, é muito elucidativa nesse caso, pois são categorias básicas do entendimento que estabelecem o eu enquanto indivíduo apenas, dificultando pensar num eu coletivo, social, um eu-nós, por exemplo.

Para Elias não existiria o eu nem o nós nem o outro. Todos os seres estariam ligados a diversas redes de interdependência, sendo inseparáveis, pois tais redes os constituem e são constituídas por eles. Assim, essas definições de eu e outro – e isso também vale para todo tipo de conceito – são, na verdade, figurações momentâneas e parciais da forma como as relações humanas podem se estabelecer. Em suma, as dicotomias as quais estamos habituados impedem pensarmos o social como relacional-processual e pleno de interdependências. Para o autor, o conceito de indivíduo se refere às pessoas interdependentes, e o conceito de sociedade a pessoas interdependentes no plural (ELIAS, 1980).

Por isso Elias se opõe a idéia de *Homo clausus*, de um homem fechado como até então era pensado o sujeito epistemológico, que nos faz acreditar que existe separadamente um eu dentro de cada pessoa e uma sociedade externa. E propõe a idéia de homens abertos, ou *Homines aperti*, que traz o sujeito no plural, aberto e dotado de muitas valências que o ligam aos outros, constituindo uma rede.

Devido a estas características, o sujeito plural é essencialmente conhecedor e produtor de conhecimento. Pois indivíduo que é sempre parte de uma sociedade, age segundo o conhecimento que tem da realidade. Ele só age porque conhece, mas o agir ele também modifica a realidade. Essa nova realidade atinge sujeitos que produzirão conhecimento sobre tal novidade. Ou seja, não há uma realidade e um conhecimento a priori.

Aprendizagem é um processo vital acionados pela troca de informações com o ambiente e por isso é permanentes, só param quando morremos. Essa idéia contribui para nosso objetivo de estudar a infância, pois reconhece que qualquer pessoa, inclusive uma criança, ocupa um espaço nas redes de inter-relações enquanto conhecedores e sujeitos do conhecimento. Assim a diferença do *status* de conhecimento declarada entre adultos e crianças diminui.

2. A rede configuracional

O objetivo neste capítulo é atentar para a proposta de Elias de que devemos tentar ir além do conceito, de não essencializar a infância, mas analisar a rede configuracional, ou seja, as relações de interdependências que as crianças constituem e pelas quais são constituídas, lembrando que estas são múltiplas.

A sociologia da infância procura entender as crianças em sua situação de sujeito/agente, seja qual for o tipo de sociedade em que elas se encontram. Estudar a visão de mundo e as condições

(sociais, econômicas, políticas, ambientais etc.) em que vivem as crianças, entender as infâncias e a diversidade em que se configuram é necessário para um estudo mais completo das sociedades, já que as crianças são parte importante delas. Sendo assim, as ciências sociais devem estar atentas àquilo que é específico do mundo das crianças, mas também a todo contexto cultural que as envolvem.

No meu trabalho de campo [1], realizado em contexto urbano com crianças de 5 a 10 anos, um dos elementos mais presentes na vida dessas crianças era a escola. Essa instituição pode ser apontada como aquilo que fundamenta ou determina a infância nas sociedades ditas ocidentais, como um dos pilares que sustenta a distância entre o mundo das crianças e dos adultos. Ela instaura uma forma de saber e conseqüentemente uma separação entre os escolarizados e os não escolarizados. Assim, as crianças se opõem aos adultos, pois estes possuem o conhecimento e a consciência que as crianças não possuem, eles são sujeitos plenos, elas são incompletas.

Philippe Ariès (1981), fala sobre o afastamento do cotidiano delas e dos adultos. Para o historiador, o principal fator de consolidação desse distanciamento, foi a propagação do ideal iluminista da sociedade européia, com isso cresceu a importância da escola, cuja função moral era educar e disciplinar os futuros homens modernos[2].

Em trabalho mais recente, Antonella Tassinari (2009) dialoga com a idéia de Illich sobre sociedades escolarizadas. Ao comparar estas com as indígenas, torna-se evidente a posição marginal em que colocamos nossas crianças. Segundo a antropóloga isso está ligado ao método escolar, caracterizado pela transmissão vertical de saberes que limita a criança à condição de aluna e à subordinação da autoridade adulta. Essa instituição privilegia um tipo de aprendizagem e deslegitima os outros. A autora afirma que a criança-aluna é a imagem mais marcante na infância das crianças nas sociedades escolarizadas (TASSINARI, 2009), e que isso tudo está intimamente ligado à condição de sujeitos não-pleno dessas crianças.

Ela ainda afirma que “(...) num contexto escolarizado, esse modelo extrapola os limites da escola, de forma que a categoria de “aluno” torna-se modelo para definir a infância como um todo” (TASSINARI, 2009: 6-7). E cita Illich (1985:39)

A simples existência da escolaridade obrigatória divide qualquer sociedade em dois campos: certos períodos de tempos, processos, serviços e profissões são ‘acadêmicos’ ou ‘pedagógicos’, outros não. O poder da escola de dividir a realidade social não tem limites: a educação torna-se não-do-mundo e o mundo torna-se não-educativo. (ILLICH, 1985 apud TASSINARI, 2009, p.08)

Portanto, é inegável o papel determinante que a escola tem na configuração da infância tal como a conhecemos hoje. Porém, a sociologia da infância não deve se limitar a criança enquanto aluna. Deve, como propõe Elias, dar conta de toda rede de interdependência a qual as crianças são ligadas: além de alunos (as), são filhos (as), irmãos (ãs), meninas ou meninos, amigos de fulano ou sicrano, etc. Embora eu tenha realizado trabalho de campo num ambiente de caráter escolar, ao

prestar atenção nas relações entre crianças e nas brincadeiras, percebi como essas coisas refletiam o mundo que está além dos muros da escola: as famílias, a mídia, o consumo, status social, dinheiro, entre outras coisas.

Para reforçar a importância que desse mundo além da escola, cito Lévi-Strauss. Em um seminário em que discutiam sobre o velho sistema pedagógico, ele disse que esse sistema estaria devido a uma incompatibilidade com as outras esferas da vida das crianças, o que ele chama de problema de civilização:

Os nossos filhos nascem e crescem num mundo feito por nós, que antecipa as suas necessidades, previne as suas perguntas, os encharca de soluções. (...) Que, neste mundo de facilidades e desperdício, a escola continue a ser o único sítio em que é preciso ter trabalho, sofrer uma disciplina, passar por vexames, progredir passo a passo, viver, como se costuma dizer, “no duro”, não é coisa que as crianças aceitem, pois já não a podem compreender. Daí a desmoralização que as invade, quando sofrem toda a espécie de coações para as quais tanto a família como a sociedade não as prepararam e as conseqüências por vezes trágicas desta inadaptação. (LÉVI-STRAUSS, 1986, p. 385)

É interessante pensar como a posição do sistema escolar na sociedade pode ser modificada pelas as novas configurações assumidas pela sociedade, seja através desenvolvimento do mercado, da mídia e tecnologia [3]. Tais fatores estão presentes na vida das crianças, presenciei, por exemplo, várias brincadeiras que surgiam espontaneamente e, entre elas, as mais frequentes e que mais agregavam gente, eram a brincadeira de lojinha e de banco, ou simplesmente as que envolviam “dinheiro” [4].

O método sociológico que Elias propõe para realizar essa tarefa de analisar a rede de relações ao qual o indivíduo está ligado, é o chamado modelo de jogos. É um modelo bipolar onde as oportunidades de poder são distribuídas desigualmente, porém isso não quer dizer que ele exista só de um lado. Ele mesmo faz uma reflexão sobre a relação entre pais e filhos, seguindo esse modelo:

Desde que nasce, a criança tem poder sobre os pais, e não só os pais sobre a criança. Pelo menos a criança tem poder sobre eles, desde que estes lhe atribuam qualquer tipo de valor. No caso contrario, perde seu poder. Os pais podem abandonar a criança se ela chorar demasiado. Podem deixá-la morrer de fome e, deliberadamente ou não, causar a sua morte, no caso de esta não desempenhar qualquer função para eles. (ELIAS, 1980).

Concluindo, os estudos sociais da infância não podem se limitar a poucos aspectos da vida das crianças e por isso não deve se apegar a conceitos fechados, vindos de outros campos de estudo. Ao contrário, uma das maiores contribuições que a sociologia da infância pode trazer é refletir sobre as concepções hegemônicas da infância nas sociedades ocidentais. Questionar o modo como outros campos de saber objetificam a infância, apontar as conseqüências que isso trás e os valores guiam esses saberes.

Não pretendo me aprofundar nesse assunto, mas citarei alguns exemplos para mostrar como isso tem a ver com a questão do sujeito epistemológico que tratamos no capítulo anterior. A psicologia e a pedagogia vêem as crianças psíquica e cognitivamente como seres em desenvolvimento, que ainda não possuem um superego desenvolvido, ou uma consciência madura. Embora existam correntes dentro da psicologia e pedagogia que procuram superar essa visão, o que predomina nas práticas institucionalizadas é a grande separação em opostos entre adultos e crianças, pais e filhos, professores e alunos, conhecedores e não conhecedores.

Tais bipolaridades e hierarquia muitas vezes só se justificam porque existe a valorização de um modo de um modo de conhecer apriorístico. A idéia de conhecimento que trabalhamos em ciências sociais é contextual e não deve estabelecer hierarquias, pois todos são conhecedores. Para completar o pensamento epistemológico de Elias é preciso acrescentar a idéia de dinamicidade das relações de interdependências. Isso quer dizer que as relações estão sempre mudando, e as configurações da sociedade também, assim o sujeitos/agentes sociais estão se atualizando a todo momento, conhecendo a nova realidade. Assim o sujeito para Elias é antes de tudo um conhecedor, o homem está sempre em processo de conhecimento.

3. A história de um conceito.

Para fugirmos das essencializações, além de estudarmos as múltiplas valências da rede configuracional de um momento, precisamos buscar conhecer a história ou a dinâmica das coisas. Elias concorda com Hegel que os conceitos são sínteses formadas ao longo do processo histórico. Respeitando essa premissa, mostraremos aqui que a idéia de infância teve sua sociogênese durante o processo civilizador.

Philippe Ariès é sempre lembrado pelos estudiosos da infância. Em *História Social da Infância e da Família* (ARIÈS, 1981) ele demonstra como na sociedade medieval européia a vida das crianças era diferente, elas crianças começavam a trabalhar bem cedo junto aos adultos assim que já tivessem condições físicas e um pouco de habilidade, também participavam dos mesmos jogos, festas e conversas. Ele tenta mostrar que as crianças não eram valorizadas nas suas especificidades. Também tenta provar que a negligência com os bebês era comum e suas mortes eram pouco lamentadas, já eram esperadas e em certos casos desejadas.

Hoje existe muita crítica a essa obra e há até mesmo estudos que discordem que os bebês significassem tão pouco para seus pais. Mas apesar das discordâncias que esse estudo tenha levantado não se pode negar sua importância, pois é o início de uma reflexão sobre a economia dos afetos nas relações entre adultos e crianças. Se a relação entre pais e filhos era como Ariès descreveu ou não, o fato é que uma sensibilidade no que tange a infância se desenvolveu significativamente desde o século XVII.

Para Elias esse distanciamento começou a ser praticado simultaneamente a um longo processo de mudança de valores e comportamentos, chamado o processo civilizador. Segundo Elias

o ocidente criou dois entes chamados natureza e cultura e nos habituamos com a disjunção entre eles. A natureza seria da ordem de uma racionalidade irrevogável, impessoal e sem intenção. Enquanto cultura seria o artificial, o que é aprendido, o próprio código de comportamento. O processo civilizador dita o que é natural e o que seria cultural. Para Elias todos os grupos humanos passam por processos civilizadores constituindo através do tempo suas culturas e naturezas.

Qualquer avanço de civilização, não importa onde ou em que nível de desenvolvimento humano se dê, representa, para os seres humanos em suas relações uns com os outros, uma tentativa de pacificar os impulsos animais indomados que forma parte de seus dotes naturais, através de impulsos compensatórios gerados socialmente, ou então, de sublimá-los e transformá-los culturalmente. Isto permite que as pessoas vivam umas com as outras e consigo mesmas sem estarem constantemente expostas à pressão incontrolável de seus impulsos animais – os seus próprios e os dos outros. (ELIAS, 1995, p.55-6)

Uma fonte comentada por Ariès e que Elias (1994) analisa também são os manuais de boas maneiras. Estes manuais do século XVI eram destinados oficialmente às crianças da nobreza cortesã para aprenderem como se comportar em sociedade. Segundo Elias, as restrições dos gestos pelas regras de etiquetas foram moldando as estruturas emocionais, instaurando o sentimento moderno de vergonha. Com isso, muitos dos assuntos que antes apareciam com muita espontaneidade - relacionados à sexualidade, palavrões e funções corporais em geral – passou a ser limitada à esfera íntima. Alguns assuntos viraram tabus e o que antes era tratado como assunto cotidiano estando ao alcance das crianças passou a ser segredo e desaconselhável de se tratar na frente delas.

Nesse particular, também, mais ou menos da mesma maneira que no caso dos hábitos à mesa, a parede entre as pessoas, a reserva, a barreira emocional erigida pelo condicionamento entre um corpo e outro cresceram sem cessar. Dividir uma cama com pessoas estranhas ao círculo familiar fica cada vez mais embaraçoso. A menos que a necessidade determine o contrario, torna-se comum, mesmo na família, que cada um tenha sua própria cama e finalmente – nas classes média e alta – seu próprio quarto. Desde cedo as crianças são treinadas nesse isolamento dos demais, com todos os hábitos e experiências que isso traz. Só se lembrarmos como parecia natural na Idade Média que estranhos, crianças e adultos compartilhassem a mesma cama é que poderemos compreender que mudanças nos relacionamentos interpessoais se manifestam em nossa maneira de viver. E reconhecer como está longe de axiomático que a cama e o corpo devam formar essas zonas de perigo psicológico, como acontece na fase mais recente da civilização. (ELIAS, 1994, p.15)

Para Ariès esse novo costume chegou à burguesia no século XVII instaurando uma maior atenção nos fenômenos biológicos do corpo humano. E segundo ele foi nesse contexto que

A palavra infância se restringiu a seu sentido moderno. A longa duração da infância, tal como aparecia na língua comum, provinha da indiferença que se sentia então pelos fenômenos propriamente biológicos: ninguém teria a idéia de limitar a infância pela puberdade (ARIÈS, 1981, p 42)

Para Elias é como se a diferenciação da infância ocorresse porque um novo modelo de comportamento passa a ser exigido na sociedade e conhecer esse modelo leva tempo, pois precisa ser treinado e incorporado

A distância em comportamento e estrutura psíquica total entre crianças e adultos aumenta no curso do processo civilizatório. (...) o processo específico de ‘crescimento’ psicológico nas sociedades ocidentais, que com tanta freqüência ocupa a mente de psicólogos e pedagogos modernos, nada mais é do que o processo civilizador individual a que todos os jovens, como resultado de um processo civilizador operante durante muitos séculos, são automaticamente submetidos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau e com maior ou menor sucesso. (ELIAS, 1994, p.15)

Assim nossos impulsos e emoções são moldados culturalmente, através do processo civilizador. Esse controle, ou autocontrole que nós apreendemos ao longo da vida, seja como for, trata-se de uma herança de nível biológico, psicológico e social que nós incorporamos. “nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e (...) o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social” (ELIAS, 1994, p.15)

Mas não só uma economia das emoções se forma ao longo do processo civilizador, a consciência também é uma forma de autocontrole, é um tipo de relação com o mundo. O que nos caracteriza como espécie humana, segundo Elias é a capacidade mental, física e emocional que herdamos no processo evolutivo sócio-biológico. Entretanto como essa capacidade se desenvolve e quais aspectos permanecem latentes dependerá da sorte das experiências e das circunstâncias oferecidas para satisfação ou repressão dos impulsos.

O padrão que está emergindo em nossa fase de civilização caracteriza-se por uma profunda discrepância entre o comportamento dos chamados ‘adultos’ e das crianças. Estas têm no espaço de alguns anos que atingir o nível avançado de vergonha e nojo que demorou séculos para se desenvolver. A vida instintiva delas tem que ser rapidamente submetida ao controle rigoroso e modelagem específica que dão à nossa sociedade seu caráter e que se formou na lentidão dos séculos. Nisto os pais, são apenas os instrumentos, amiúde inadequados, os agentes primários do condicionamento. Através deles e de milhares de outros instrumentos, é sempre a sociedade como um todo, todo o conjunto de seres humanos, que exerce pressão sobre a nova geração, levando-a mais perfeitamente, ou menos, para seus fins. (ELIAS, 1994, p.145).

Segundo o autor, a forma como apreendemos os valores, preceitos e normas do grupo em que crescemos se dá pela prática, ou mimese. Não se trata de uma prática simplesmente imitativa, é nesse processo que o saber vai sendo incorporado, ou apreendido. Pode parecer uma constante repetição, mas cada fazer é uma experiência diferente para aquele que a pratica. É assim que apreendemos o grau e o padrão do autocontrole da sociedade em que crescemos. A cada pelada de futebol, cada ida às compras, todos os dias ao dirigir, nos passos de dança e a cada brincadeira de carrinho, de casinha, de corrida, etc.

A aprendizagem nunca cessa e nunca acontece isoladamente, o sujeito não é apenas produtor de seu próprio conhecimento, é também parte do conhecimento do outro, trata-se de uma rede social onde todas as experiências se interpenetram e assim modificam o que está estabelecido, ou o reconfigura de modos específicos, ao longo do processo contínuo de desenvolvimento humano.

4. Nova aproximação

Verificarmos que as crianças foram afastadas do mundo adulto em certa época da história e que nessa continuação foram criando-se um mundo específico para elas, como as instituições especializadas, especializações na área da saúde, no mercado, nos meios de comunicação, etc. Mas impossível não notar que em certo aspecto a distância entre adultos e crianças voltou a diminuir. O próprio Elias tratou disso ao mostrar como as crianças exercem poder sobre os pais, em sua época mais do que na Idade Média e hoje mais do que nunca. Podemos dizer que a aproximação do mundo das crianças e dos adultos se deu devido ao poder afetivo que elas adquiriram.

Desde que nasce, a criança tem poder sobre os pais, e não só os pais sobre a criança. Pelo menos a criança tem poder sobre eles, desde que estes lhe atribuam qualquer tipo de valor. No caso contrário, perde seu poder. Os pais podem abandonar a criança se ela chorar demasiado. Podem deixá-la morrer de fome e, deliberadamente ou não, causar a sua morte, no caso de esta não desempenhar qualquer função para eles. (ELIAS, 1980, p.81).

Pensando em como esse processo civilizador se desenvolveu até os dias de hoje e a forma que ele adquiriu, nos deparamos com a elevação das crianças aos mais altos valores afetivos da sociedade contemporânea. Exemplos disso não faltam, existe um índice mundial específico para medir a mortalidade infantil, há inumeráveis outros índices que medem a saúde, alimentação, abandono, educação etc., há a Declaração Universal dos Direitos da Criança, além do Fundo das Nações Unidas para a Infância e os crimes contra crianças e mesmo negligências estão coisas intoleradas. As crianças representam ainda mais que a continuação da humanidade, são a esperança.

Fora do ambiente político também presenciamos a enorme importância das crianças. A moda e toda indústria cultural tem se especializado para atender esse grupo. Nesses campos podemos observar a nova aproximação entre crianças e adultos: observa-se uma tendência de sexualização e adultificação do mundo infantil. Peças de vestuário muitas vezes não passam de miniaturas das de gente grande. Alguns programas televisivos destinadas às crianças promovem uma imagem de crianças sensuais e já envolvidas em relacionamentos amorosos. Além disso, as crianças formam um grande de mercado consumidor. Diversas pesquisas demonstram o quanto os pais são influenciados pelas preferências dos filhos, tanto que há hoje, na área da publicidade, especialização em marketing infantil e leis para regular as propagandas.

A separação do mundo infantil e dos adultos trouxe boas mudanças como a melhoria na qualidade de vida das crianças. Mas instaurou também uma forte separação entre a noção de pessoa

adulta e criança, sendo estas menos completas. Praticamente todas as áreas de conhecimento que trabalham com a infância reconhecem uma hierarquia entre conhecimento dos adultos e das crianças, é isso que as ciências sociais devem problematizar, mostrar as implicações dessa postura. Talvez os únicos campos em que o comportamento infantil é tratado em pé de igualdade com o dos adultos sejam, não por acaso, aqueles ligados ao mercado de consumo. Esse é um fenômeno muito peculiar de nossa época e merece mais atenção por parte dos cientistas sociais. 🌀

NOTAS:

* Raissa atualmente cursa Licenciatura, já tendo concluído o bacharelado com habilitação em Antropologia. Sua monografia intitulada "Entre brincadeiras e histórias: uma etnografia com crianças de Brasília" teve como orientadora a professora doutora Antonádia Monteiro Borges do Departamento de Antropologia da UnB. Com a mesma orientadora realizou uma pesquisa de Iniciação Científica (Pro-IC/UnB) sobre os problemas sociais do ponto de vista das crianças. O presente artigo foi escrito para a avaliação final da disciplina "Tópicos Especiais: Leituras de Norbert Elias", em 2009. Email para contato: raissamo@gmail.com.

[1] Realizei trabalho de campo no Programa Infante-Juvenil (PIJ), um lugar onde as crianças ficam no horário complementar ao da escola formal, contando com auxílio nos deveres de casa e participando de brincadeiras e outras atividades multidisciplinares. O PIJ é administrado pela Associação dos Funcionários da Universidade de Brasília (Asfub) e segundo sua coordenadora, a maioria das crianças possui alguma ligação de parentesco com ex-alunos ou com funcionários do Programa. Apesar desse elo em comum, as crianças com que convivi vinham de diferentes localidades e classes sociais.

[2] Além da influência do projeto iluminista de homem moderno, o autor também fala sobre o surgimento de um sentimento de infância devido a forte cristianização dos costumes e a visão que o cristianismo tinha das crianças.

[3] Não estou dizendo que a dinâmica da sociedade depende exclusivamente desses três fatores, estes são apenas fatores que Lévi-Strauss citou e que também aparecem no meu estudo.

[4] Transformavam em dinheiro qualquer tipo de carta que fazia parte dos kits de jogos que tinha na sala.

REFERÊNCIAS:

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Braga: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

TASSINARI, A. M. I. Múltiplas infâncias: o que a criança indígena pode ensinar para quem já foi à escola ou a sociedade contra a escola. In: **33º Encontro Anual da ANPOCS**, 2009, Caxambu. Anais do 33º Encontro Anual, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1986.